

----- **ATA N.º 11/2012** -----

-----Aos 06 dias do mês de junho de 2012, pelas 10h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----João Manuel Duarte;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----A reunião foi secretariada pela Técnica Superior, Margarida Maria Gonçalves Amaro e coadjuvada pela Assistente Técnica, Sónia Cristina Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16/05/2012** -----

-----Foi presente a ata n.º 10, da reunião ordinária do Executivo de 16/05/2012, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por unanimidade.**-----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por informar que foi publicado no Diário da República o edital que submete à apreciação pública, pelo prazo de 30 dias, o Projeto de Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e Prestação de Serviços do Município de Celorico da Beira. -----

-----Sensibilizou o Senhores Vereadores para apresentarem sugestões que possam contribuir para melhorar o referido regulamento.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** relativamente a este assunto disse que tinha tido conhecimento, já depois de o assunto ter ido a reunião de Câmara, que existiam queixas relativas ao horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que de facto existem algumas queixas formais, mas que são mais no âmbito do ruído. No entanto, o documento está em discussão pública e caso não concordem com o clausulado do mesmo, devem apresentar sugestões de alteração.----

-----Solicitou ainda, que, para a próxima reunião de Câmara a Eng.^a Cristina Martins, elabore um apanhado sobre quais os estabelecimentos comerciais com reclamações, indicando a natureza da reclamação e o local do estabelecimento. -----

-----Por último, felicitou a Senhora Alda Cabral pelo lançamento de mais um livro, intitulado “Do sonho à descoberta”, que ocorreu na freguesia do Minhocal, no passado fim-de-semana.-----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: MOÇÃO – FALTA DE QUALIDADE DA ÁGUA NO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA;** -----

-----**FUNDO DE MANEIO – ENCONTRO DE FUTSAL EM ÁGUEDA.**-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - DIVISÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA**-----

-----**SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: DEFESA DO REPRESENTANTE DO TRABALHADOR ANTÓNIO CARLOS CAETANO DA SILVA**-----

-----Foi presente informação da Secção de Recursos Humanos, datada de 25/5/2012, com o registo interno n.º 1770, referindo que tendo sido aplicada, por deliberação do órgão executivo de 16.04.2012, a pena de repreensão escrita ao trabalhador supra referenciado, vem o seu representante legal apresentar reclamação nos termos dos n.ºs 2 e 4, do art.º 28º, do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que a defesa do trabalhador António Carlos Caetano da Silva requer o arquivamento do processo disciplinar, por considerar que não existe fundamento legal para a aplicação de qualquer pena disciplinar ao arguido.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que o Executivo tem obrigações legais perante os seus trabalhadores, mas também têm a

obrigação de exigir que os mesmos cumpram os seus deveres, no caso concreto, de zelo e de correção.-----

-----Relativamente ao exposto pelo advogado na defesa do trabalhador, disse que em primeiro lugar a Dr.^a Joana Félix deveria ouvir as testemunhas indicadas na defesa, o restante é a opinião de um advogado que representa o seu cliente.-----

-----Considera que o processo deve seguir os trâmites normais e que o Executivo não deve deliberar, sem antes ouvir as testemunhas e ter um parecer jurídico que auxilie a sua tomada de decisão.-----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** disse que comungava da opinião do Senhor Vereador Victor Santos. Frisou que não era nada contra o trabalhador, mas considera que não faz qualquer sentido aplicar-se uma pena e depois o Executivo voltar atrás na decisão. Situação que irá contribuir para descredibilizar o encarregado e passar uma mensagem errada aos restantes trabalhadores. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que mantinha o que tinha dito na última reunião de Câmara. Referiu que o trabalhador assumiu que tinha problemas de alcoolémia, que voluntariamente se propôs a tratar, estando a frequentar consultas na Unidade de Alcoologia de Coimbra, o que por si só, já é um ótimo indicador de uma possível recuperação.-----

-----Na altura foi da opinião que deveria falar-se com o trabalhador e caso voltasse a reincidir, tomarem-se outras medidas. O Executivo entendeu de forma diferente e aplicou a pena de repreensão escrita, que o advogado vem agora contrapor. Mas, que por si só não obriga a uma alteração da decisão. Disse que também é da opinião, que deveriam ser ouvidas as testemunhas, bem como, ser emitido parecer jurídico sobre o assunto e posteriormente ser remetido a reunião de Câmara para análise. --

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que efetivamente o trabalhador está em tratamento e está a esforçar-se para reverter a situação. Referiu que o advogado está a cumprir o papel dele. Disse que a pena de repreensão escrita é uma pena leve e que teria como principal objetivo dissuadir o trabalhador deste tipo de comportamento. -----

-----Referiu que também é da opinião que o processo seja encaminhado para a Dr.ª Joana Félix, para ouvir as testemunhas e remeter ao Gabinete Jurídico, para posteriormente ser enviada documentação de sustentação, para uma decisão do Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** propôs que o presente documento fosse remetido à Dr.ª Joana Félix para ouvir as testemunhas e remeter ao Gabinete Jurídico para emitir parecer de acordo com a lei. -----

-----**A Câmara deliberou remeter à Dr.ª Joana Félix, a defesa do trabalhador António Carlos Caetano da Silva, para inquirir as testemunhas solicitadas na mesma e posteriormente encaminhar os autos de inquirição para o Gabinete Jurídico, para análise da decisão tomada em reunião de câmara de 16/04/2012.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: MEDICINA NO TRABALHO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Recursos Humanos, datada de 25/5/2012, com o registo interno n.º 1757, informando que, após realização de concurso, nos termos do Código dos Contratos Públicos, foram adjudicados os serviços de Medicina no Trabalho, tendo sido assinado o contrato com efeitos a partir de 16.5.2012, com a empresa Interprev – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, Lda, a qual tem como obrigações para com o Município, as que de seguida se anexam **(anexo I)**.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**ASSUNTO: REGULAMENTO PARA A PREVENÇÃO E CONTROLO DO ÁLCOOL E SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS** -----

-----Foi presente para conhecimento do Executivo o Regulamento para a Prevenção e Controlo do Álcool e Substâncias Psicoativas da Câmara Municipal de Celorico da Beira, que se anexa à presente ata (**anexo II**). -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que o rigor no documento não é o mais adequado, uma vez que não consta qual a lei aplicável.-----

-----Tendo em conta o exposto no art.º 9.º, n.º 5, onde consta que “em caso de recusa injustificada por parte do trabalhador, este pode incorrer na violação do dever de obediência”, é da opinião que este regulamento não tem qualquer funcionalidade e que a redação deveria ser “em caso de recusa injustificada por parte do trabalhador, este incorre na violação do dever de obediência”. -----

-----Mencionou também a alínea 4, do art.º 10.º, onde diz que “os encargos inerentes à contraprova são suportados pela CMCB”. Referindo que esta alínea dá possibilidade ao trabalhador de solicitar sempre a contraprova, porque não tem qualquer encargo com a mesma, propondo que passe a constar que os encargos da contraprova devem ser suportados pelo trabalhador, quando os resultados da contraprova sejam iguais à análise inicial. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que está em total desacordo com o que foi dito pelo Senhor Vereador Victor Santos, relativamente ao n.º 5, do art.º 9.º, uma vez que, o trabalhador pode recusar fazer o teste, pelo facto de, por exemplo, ter uma doença que o impossibilita e não ter no momento atestado médico que o comprove. -----

-----Em relação à contraprova concorda com o Senhor Vereador, os encargos deverão ser suportados pelo funcionário, quando os resultados da contraprova forem iguais aos iniciais. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que o exemplo dado pelo Sr. Vereador António Silva configura uma recusa justificada e reitera que a forma como está redigido o n.º 5, do art.º 9.º, vai permitir uma avaliação arbitrária, podendo resultar em tratamento diferenciado dos trabalhadores. -

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que relativamente ao artigo da contraprova concorda que poderia ser revisto. -----

-----Relativamente às restantes objeções levantadas pelo Senhor Vereador Victor Santos, nomeadamente ao facto de poder haver um tratamento diferenciado, é completamente contra essa ideia, porque o trabalhador mediante ordens superiores tem que fazer o teste, se se recusar deve justificar e fazer prova desse impedimento. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**ASSUNTO: REGULAMENTO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO** -----

-----Foi presente para conhecimento do Executivo o Regulamento Municipal de Segurança e Saúde no Trabalho da Câmara Municipal de Celorico da Beira, que se anexa à presente ata (**anexo III**). -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou sobre qual a estrutura do serviço de HST e quais os responsáveis, tendo sido informado de que foi nomeada uma comissão para esse fim, constituída pela Chefe de Divisão e por duas técnicas superiores, com formação nessa área. -----

-----O Senhor Vereador solicitou o despacho de criação dessa comissão. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

-----**2 - DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E MUNICIPAIS**-----

-----**SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**-----

-----**ASSUNTO: JUNTA DE FREGUESIA DE MAÇAL DO CHÃO - APOIO TÉCNICO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Obras Municipais, datada de 24/5/2012, com o registo interno n.º 1744, com o seguinte teor:-----

-----“Ex.mo Sr. Presidente -----

-----Solicita a junta de freguesia acima referida que a Câmara Municipal efetue levantamento topográfico de um terreno, propriedade da junta de freguesia.-----

-----Acerca do assunto, sou a informar V.Ex.^a que, nos termos da alínea b), do n.º 6, do artigo 64º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, é competência da Câmara Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias. -----

-----Também o n.º 11, do artigo 14º, do Regulamento Municipal prevê que a Câmara Municipal delibere sobre a concessão de apoio técnico às entidades enunciadas naquele artigo, onde constam as juntas de freguesia (artigo 14º remete para o artigo 6º e artigo 7º do RJUE). -----

-----Proponho que a concessão, ou não, do apoio técnico solicitado seja objeto de deliberação do executivo.” -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder apoio técnico, à Junta de Freguesia de Maçal do Chão, para a elaboração do levantamento topográfico de um terreno.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**3 - GABINETE DE AÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA ENERGIA ELÉTRICA - ASSOCIAÇÃO, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA E DE MELHORAMENTOS DE ALDEIA RICA**-----

-----Foi presente informação, do Gabinete de Ação Social, datada de 25/5/2012, com o registo interno n.º 1772, referindo que a Associação, Cultural, Desportiva, Recreativa e de Melhoramentos de Aldeia Rica solicitou um subsídio, para ajuda do pagamento da energia elétrica. O Gabinete de Ação Social informa que o pedido em causa não tem qualquer enquadramento no Regulamento de Apoio ao Associativismo Concelhio, uma vez que, o pedido decorre dum serviço prestado ao Município no âmbito das competências dos órgãos municipais, Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, artigo 19º, n.º 3, alínea b), sendo que, a Associação cedeu as instalações ao Município, de modo, a serem servidas as refeições aos alunos do 1º Ciclo de Aldeia Rica.-----

-----Considerando que o serviço prestado pela Associação é de 25€ mensais e que o ano letivo inicia normalmente em meados de setembro e termina em meados de junho, por ano letivo a Associação tem um gasto de 225€. Sendo este um serviço assegurado desde o ano letivo 2008/2009 até ao presente ano perfaz uma total de 900€.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que o pedido de subsídio, tal como era referido na informação técnica, decorreu da ajuda prestada pela Associação de Melhoramentos de Aldeia Rica, que disponibilizou uma sala para serem servidas as refeições aos alunos do 1.º ciclo de Aldeia Rica.-----

-----A Associação vem agora solicitar a atribuição de um subsídio, porque financeiramente, não tem disponibilidade para suportar os gastos relativos aos consumos de energia.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** Disse que a informação era confusa, não vinha em anexo o pedido da Associação e que ficava com

dúvidas se se tratava de um pagamento de um serviço ou da atribuição de um subsídio.-----

-----Referiu ainda, que a autarquia deveria ter celebrado um protocolo com a Associação.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por dizer que o Senhor Vereador Victor Santos dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara de uma forma pouco própria, que não é essa a conduta que se espera de um Vereador do Executivo.-----

-----Relativamente ao assunto disse que a escola de Aldeia Rica não estava a funcionar, entretanto teve alunos e foi reaberta, como a escola não tinha nenhuma sala com condições para serem servidas as refeições, a Associação disponibilizou-se a ajudar, cedendo um espaço para o efeito. -

-----Referiu que não houve a necessidade de se reduzir este acordo a protocolo, porque se tratava de uma ajuda da Associação. -----

-----No entanto, apesar da boa vontade da Associação, o aumento da tarifa da eletricidade, e o inverno rigoroso que se fez sentir, fez disparar o consumo de energia elétrica e a Associação não conseguiu fazer face às despesas. Solicitando para o efeito a ajuda da autarquia através da atribuição de um subsídio no montante de 900€. -----

-----Por último, disse que há assuntos cujas decisões são de natureza simples e por vezes nem seria necessário submete-los à apreciação do Executivo, contudo essa é a forma de estar deste Executivo que pauta a sua conduta pela transparência. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara e ao restante Executivo a amabilidade de trazer estes assuntos simples para ele ter conhecimento quando, segundo a opinião dos mesmos, não teriam sequer que vir à reunião, lamenta é não terem assuntos importantes para debater. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dizer que os comentários do Senhor Vereador Victor Santos não merecem qualquer tipo de resposta por parte do Presidente da Câmara, até porque este um comportamento recorrente, uma vez que o Senhor Vereador está sempre a criticar o trabalho dos técnicos do município. -----

-----É da opinião que o Senhor Vereador extravasou nas considerações, no entanto as pessoas têm o direito de estar em desacordo, por isso é que existe uma votação democrática e até hoje este Executivo tem tido essa conduta. -----

-----Disse que há assuntos simples, claros, transparentes, como este, que não merece grandes considerações, os fundamentos apresentados pela Associação, estão consubstanciados no facto de a mesma não ter recursos financeiros disponíveis para fazer face a esta situação. A autarquia deve auxiliar nesta situação, até porque o Executivo defende a ideia que todas as crianças devem ter as mesmas condições e as de Aldeia Rica não são exceção. Disse que a Associação prontificou-se a ajudar para não obrigar as crianças a deslocarem-se, no entanto parece que essa seria a medida pretendida por alguém. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que relativamente ao pedido de subsídio para energia elétrica, solicitado pela Associação, Cultural, Desportiva, Recreativa e de Melhoramentos de Aldeia Rica e após os esclarecimentos prestados pelo Senhor Vice-Presidente, entende que, este pedido de subsídio é referente a uma prestação de serviços que esta Associação presta à autarquia, a qual deveria estar consubstanciada num protocolo.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que votará favoravelmente o assunto, porque conhece a situação da Associação, que não tem qualquer forma de financiamento. -----

-----Sugeri que no final do ano letivo fizessem uma leitura do contador porque podem ter uma surpresa desagradável e se assim for, propôs que o Executivo reformule este pedido de apoio, de forma a cobrir os gastos da Associação.-----

-----**Para os efeitos expostos na informação técnica, a Câmara deliberou por maioria, com 2 abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, atribuir um subsídio à Associação, Cultural, Desportiva, Recreativa e de Melhoramentos de Aldeia Rica, no valor de 900€.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**4 – ANMP**-----

-----**ASSUNTO: REUNIÃO COM SUAS EXCELÊNCIAS O MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS E MINISTRO ADJUNTO E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES**-----

-----Foi presente ofício da ANMP, datado de 17/5/2012, com o registo de entrada n.º 4869, dando conhecimento da reunião realizada entre a ANMP e os Srs. Ministro de Estado e das Finanças e Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, na qual foram abordadas questões relevantes para o Poder Local.-----

-----**ASSUNTO: CIR-69-2012-PB, PORTARIA N.º 106/2012, DE 18 DE ABRIL. FINANCIAMENTO DA AVALIAÇÃO GERAL DE PRÉDIOS URBANOS**-----

-----Foi presente ofício da ANMP, datado de 16/5/2012, com o registo de entrada n.º 4862, dando conhecimento da Portaria n.º 106/2012, de 18 de abril, relativa ao financiamento da avaliação geral de prédios urbanos e solicitando se o Município pretende ou não requerer a providência cautelar de suspensão da eficácia das normas.-----

-----Relativamente a este assunto o Senhor **Vereador José Luís Cabral** referiu que mais uma vez os municípios estão a sofrer com estes cortes, porque são os municípios que têm de dar condições aos seus munícipes. Referiu que esta medida, seja qual for o governo, é prejudicial para os municípios. A retenção destes 5% devia ser aplicada no próprio concelho ao invés de ser devolvido à tutela. -----

-----Manifestou o seu total desagrado, porque as autarquias e os concelhos do interior estão, uma vez mais, a ser penalizados.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que uma vez mais os municípios não foram auscultados e estas medidas vão dificultar o desenvolvimento local e colocar em causa todas as infraestruturas que cada Executivo quer implementar no seu concelho, nomeadamente a área social, de crucial importância para o Interior.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com 3 votos contra e 2 abstenções, não requerer a providência cautelar de suspensão da eficácia das normas. -----

-----**5 - UNIÃO HUMANITÁRIA DOS DOENTES COM CANCRO**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE APOIO**-----

-----Foi presente ofício da União Humanitária dos Doentes com Cancro, datado de 13/5/2012, com o registo de entrada n.º 4846, solicitando um donativo desta autarquia no montante de 2.500€. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com 4 votos contra e 1 abstenção, não atribuir o subsídio solicitado. -----

-----**6 - SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: MOÇÃO – FALTA DE QUALIDADE DA ÁGUA NO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente ofício do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, datado de 29/5/2012, com o registo de entrada n.º 5370, dando conhecimento da moção relativa à falta de qualidade da água no concelho de Celorico da Beira. -----

-----**7 - FUNDO DE MANEIO – ENCONTRO DE FUTSAL EM ÁGUEDA**-----

-----Foi presente informação interna da secção de contabilidade, datada de 1/6/2012, com o registo interno n.º 1854, referindo que em virtude da representação da escola de futsal no V Torneio “apreto&branco2012” que irá decorrer nos dias 9 e 10 de junho de 2012 na vila de Mourisca do Vouga, o executivo deverá deliberar a criação de um fundo de maneo no valor de 400€, nos termos do ponto 2.3.4.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro (POCAL), bem como, do art.º 12.º do Regulamento do Controlo Interno da Câmara Municipal de Celorico da Beira. -----

-----A afetação do fundo segundo a sua natureza será na rubrica orçamental “020213 – Deslocações e estadas”. O fundo de maneo terá como responsável pela sua movimentação o Assistente Técnico, Ângelo Fernando Monteiro Fernandes. É ainda necessário que todas as despesas tenham documento válido (fatura, recibo ou vendas a dinheiro), a entregar nos serviços de contabilidade aquando da reposição do fundo de maneo, sem estes documentos a despesa não é considerada válida. No dia útil seguinte à realização do evento deve-se proceder à respetiva reposição do fundo de maneo cessando este de imediato. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por dizer que é da opinião que a autarquia deveria apoiar o clube de futebol existente na Vila e que deveriam ser eles a promover estas iniciativas. -----

-----O Senhor Vereador **José Luís Cabral** disse que ficaria surpreendido se o Senhor Vereador Victor Santos fosse a favor do quer que fosse. A sua

postura continua a ser a mesma, tudo está mal, mas nunca apresenta soluções. -----

-----De seguida fez um elogio aos atletas, treinadores e aos pais que têm apoiado, conjuntamente com a autarquia este projeto. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que quem agenda os assuntos é o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente, lamenta que tragam assuntos de pouca importância para o concelho. Solicitou que no futuro agendem assuntos relevantes para o desenvolvimento do concelho. -

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com 2 abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar a presente proposta de constituição de fundo de maneio, devendo, por isso proceder-se em conformidade com a mesma.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 11:50h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----